

TDAH (TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE) E APRENDIZAGEM NO CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO

Francisca Grazielle Costa Calixto

Francisco Ullissis Paixão e Vasconcelos

Maria Isabel Silva Bezerra Linhares

Nadja Rinelle Oliveira de Almeida

RESUMO

O presente trabalho tem como intuito investigar o tema TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade) no âmbito da educação brasileira. Mais especificamente as perspectivas do meio científico a respeito do diagnóstico nas salas de aula regulares e suas consequências através de uma pesquisa bibliográfica. Neste sentido, foram analisados 24 artigos da base de dados Scielo Brasil em um recorte nos últimos 10 anos (2007-2017). Tivemos como resultado que os artigos correspondem a área médica, mais especificamente a clínica médica, neurociências, fonoaudiologia e Psicologia. A maioria deles aborda o TDAH pela perspectiva neurobiológica com terapêutica medicamentosa como aponta Argollo (2013). Os outros apontam para a problemática da emergência do grande número de escolares diagnosticados e medicalizados, na mesma perspectiva analisada por Vorcaro (2011). Conclui-se que é uma discussão nova que busca o olhar multidisciplinar e a dimensão crítica da aprendizagem de pessoas diagnosticadas com esse transtorno.

Palavras-chave: TDAH; Aprendizagem; Diagnóstico; Medicalização.

INTRODUÇÃO

A construção desse trabalho parte da necessidade de um alinhamento conceitual referente a um percurso de ensino junto a um aluno diagnosticado com TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade). Ao longo deste árduo percurso como professora particular pude vivenciar tensionamentos no eixo família-aluno-escola que incidiu sobre todo o processo de aprendizagem do jovem com TDAH.

A inquietude, a falta de atenção, impulsividade são comportamentos que prejudicam de maneira determinante o desempenho escolar. Vemos corriqueiramente jovens diagnosticados com TDAH apresentando, como comorbidades, transtornos específicos de aprendizagem como dislexia, discalculia, etc. Sem elaboração de questionamentos a respeito das metodologias utilizadas em sala de aula que muitas vezes caracterizam-se por problemas de ensinagem.

Desta forma, busca-se conhecer de que maneira os estudos em educação no Brasil têm abordado a aprendizagem no que diz respeito ao aluno com TDAH. Problematizando de que maneira o sistema educacional vigente tem contribuído para de fato comprometer-se com o direito constitucional de educação para todos ou para proliferar o fechamento desmedido desse diagnóstico nas escolas. Elencando essas problemáticas podemos ampliar nossa visão crítica enquanto psicopedagogos quando lidamos com os problemas de aprendizagem que muitas vezes está atrelado como uma comorbidade a determinados diagnósticos psiquiátricos. É necessário termos claro nossa missão também enquanto educadores que construímos juntos o sistema educacional brasileiro para que de fato seja cumprido o direito constitucional.

MÉTODO

Para isso, o presente trabalho foi construído pela análise de diferentes olhares encontrados a partir de estudos dentro de uma base de dados. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico como descreve Gil (2002, p.44):

“[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica está no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente (idem, p.45). Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e se registrou a respeito do tema de pesquisa. Tais vantagens revelam o compromisso da qualidade da pesquisa.”

Foi realizada uma interpretação das informações encontradas nos últimos 10 anos trazendo uma perspectiva problematizadora para o tema supracitado. A pesquisa foi realizada na base de dados Scielo Brasil do ano de 2007 a 2017, tendo como descritores: TDAH e aprendizagem.

Portanto, foram analisados 24 artigos¹ que tratam o TDAH sob diversos olhares que coadunam tanto para a perspectiva neurobiológica vigente sobre o tema quanto para problematizar a grande proliferação do diagnóstico na educação brasileira. A pesquisa também foi ampliada para as diversas áreas temáticas como psicologia educacional; Reabilitação; Educação e pesquisa educacional; Linguística; Audiologia e Fonologia; Medicina; Neurociência; Psiquiatria; Psicologia; Psicologia clínica; Saúde pública, ambiental e ocupacional; Questões sociais.

RESULTADOS

A análise foi pautada em averiguar o conteúdo trazido nos textos a respeito da visão dos autores sobre o referido transtorno e o lugar dado por estes aos sujeitos estudados. Vimos que os artigos correspondem a área médica, mais especificamente a clínica médica, neurociências, fonoaudiologia e Psicologia. Todos preocupados em compreender a aprendizagem sob perspectivas diferentes.

Deste modo, pudemos ver que 12 artigos consideram o TDAH como um transtorno de base neurológica que pode comprometer a linguagem, leitura, escrita e até mesmo aprendizagem da matemática. Ou seja, geralmente, está associado a transtornos específicos da aprendizagem como disgrafia, dislexia e discalculia. Esse transtorno, de acordo com as informações coletadas, é percebido no ambiente escolar por conta da presença de episódios de desatenção e hiperatividade que acabam reverberando no desempenho escolar que se constitui pela aquisição da leitura e escrita. Esses estudos utilizaram-se de testes que medem essa capacidade de aquisição sempre levando em consideração como base o diagnóstico de TDAH.

Diante disso, dos 12, 3 artigos procuraram pesquisar a respeito de processos de subjetivação, porém tomaram como base determinante do contexto social o diagnóstico. Pois ao levar em consideração o olhar dos pais, alunos e professores partiam do ponto que as consequências vinham do não enquadramento social dos sujeitos diagnosticados, até mesmo no sentido de culpabilização da família pelo

¹ Um dos artigos foi removido da análise, pois apesar de usar TDAH como descritor, o conceito foi usado apenas como critério de exclusão em um recorte de estudo sobre Dislexia. CAPELLINI, S. A. et al. Desempenho em consciência fonológica, memória operacional, leitura e escrita na dislexia familiar. *Pró-Fono Revista de Atualização Científica*. 2007, out-dez;19(4):374-80.

comportamento não aceitável dos filhos. Também apontam para um desconhecimento por parte dos professores a respeito da categorização do quadro de sintomas, deixando estes a mercê do diagnóstico médico. Apesar de apontarem que o diagnóstico é multiprofissional é o médico que deve dar o veredito final. Queixam-se assim do diagnóstico tardio que implica na dificuldade de continuidade do tratamento. Tratamento este que é pautado no consumo do Menthilfenidato como primeira alternativa e, em segundo plano, psicoterapia e atendimento psicopedagógico.

Em 11 artigos, a maior parte deles, publicados de 2013 a 2017 trazem de fato a problemática do diagnóstico atrelado à medicação, bem como práticas pedagógicas ineficazes que culminam em um processo de medicalização exacerbada no contexto educacional brasileiro. Os textos apontam para os efeitos da psicopatologização de comportamentos que são comuns aos escolares. Como aponta Signor et al. (2016, p. 747) Parafrazeando Canguilhem que “o TDAH não é normal por ser frequente, mas é frequente por ser normal”.

DISCUSSÃO

Para analisar de maneira consistente esse fenômeno, os autores debruçaram-se sobre as raízes históricas dessa construção científica. Não foi à toa, pois respondia a uma demanda social. Por exemplo, em nosso país como afirma um desses autores:

Não só a medicina, mas a psiquiatria e a psicologia tiveram um papel crucial na história desta aproximação – um tanto perigosa – entre saúde e educação. Perigosa a partir do momento em que seu objetivo era simplesmente a profilaxia dos desviantes e a conseqüente cura do “mau comportamento”, que se expressava, sobretudo, em crianças pobres, negras e com uma estrutura familiar dissidente da norma, ou seja, crianças que refletiam aquilo que a psicologia e a psiquiatria foram chamadas a organizar: o caótico que é, em suma, herança do higienismo no Brasil. (CRUZ et al., 2016, p. 705)

Neste sentido, esses últimos artigos buscam atentar para singularidade de cada sujeito que permanece apagada diante de diagnósticos e práticas medicalocêntricas. Buscam retomar o papel central do professor que também tem sido refém dessas práticas e acaba por corroborar, pois o sistema engessa sua liberdade de atuação.

Porém, responsabiliza os educadores quem ao invés de investirem em metodologias criativas e inclusiva respondem ao mal-estar do fracasso escolar com

a lógica do encaminhamento. Assim como os pais que recebem da escola o *feedback* do mau desempenho escolar do filho e acabam rendendo-se aos efeitos “mágicos” de uma pílula.

Portanto, os artigos elencam os pontos supracitados e que são pertinentes a discussão proposta por esse trabalho. Através deles pudemos angariar elementos históricos para futuras discussões, pois é de extrema importância que a discussão não se esgote.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas, a relevância que tem se dado ao saber científico e às bases biológicas dos transtornos mentais tem nos levado a sentenciar sujeito a uma condição de vida que lhe priva de uma aprendizagem efetiva.

O uso indiscriminado de medicamentos com as diversas finalidades tem sido um fim em si mesmo e isso tem seu reflexo na aproximação entre saúde e educação. Problemática complexa que questiona o modo de fazer ciência no âmbito da saúde, bem como a herança histórica que as ciências da saúde deixaram no contexto educacional brasileiro, psicopatologizando comportamentos dos escolares.

Ao percorrer essa trajetória de análise de artigos que vislumbram a produção científica sobre o tema nos últimos anos, vemos a presença de um discurso hegemônico em torno da criação de quadros de transtornos mentais. Percebemos a necessidade cada vez mais urgente de um olhar crítico em nossa prática, Pois são esses alunos que carregam o peso da categoria diagnóstica que nos chegará enquanto aprendentes. Cabe aos profissionais psicopedagogos avaliar essa demanda como de fato uma demanda do sujeito aprendiz ou da instituição a qual o referencia.

Neste sentido, partimos dessa necessidade de um olhar crítico como forma de reinventar nossas práticas para que não nos engessemos em posturas que apagam os desejos do sujeito que tem direito a aprendizagem de qualidade. Podemos assim contribuir para uma discussão muito mais ampla que envolve a questão da educação inclusiva em nossas escolas que muitas vezes corroboram por práticas medicalizantes que de fato são excludentes. É um compromisso ético com nossos aprendente, com o direito constitucional de aprender e a formação de cidadania.

Portanto, vimos que ao longo dos últimos anos os estudos têm se voltado para essa problematização e atentado para as diferentes formas de subjetivação no contexto escolar e educacional. Também tem sido e deve continuar como uma luta incessante para que as práticas educacionais não sejam cada vez mais excludentes e que as diferentes formas de aprender sejam para todos.

REFERÊNCIAS

ARGOLLO, N. **Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade: aspectos neuropsicológicos.** *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 7, n. 2, p. 197-201, 2003.

BELTRAME, R. L. *et al.* **Ouvindo crianças sobre sentidos e significados atribuídos ao TDAH.** *Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo. V.19, N.3, 557-565, 2015.

BENEDETTI, I. M. M.; ANACHE, A. A. **TDAH – Análise documental sobre a produção do conceito.** *Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo. V.18, N. 3, 2014.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – **CID10**. Versão 1.6.; 1998. Disponível em: https://www.cremesp.org.br/pdfs/cid10_ultimaversaodisponivel_2012.pdf.

COUTO, T. S.; GOMES, C.R.A.; MELO-JUNIOR, M. R. **Aspectos neurobiológicos do transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH): uma revisão.** *Ciência & Cognição*, v. 15, n. 1, p. 241-251, 2010.

CRUZ, M. G. A.; OKAMOTO, M. Y.; FERRAZZA, D. A. **O caso Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e a medicalização da educação: uma análise a partir do relato de pais e professores.** *Interface: Comunicação, Saúde e Educação*. 20(58):703-14, 2016.

Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais - **DSM-5**. American Psychiatric Association ; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento ... et al.] ; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli ... [et al.]. – 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : Artmed, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LDB : **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

MEIRA, M. E. M. **Para uma crítica da medicalização na educação.** Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, São Paulo. V.16, N1, 2012. 135-142.

PATTO, M. H. S. **A Produção do Fracasso Escolar: Histórias de Submissão e Rebeldia.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2ed., 2000.

SIGNOR, R. C. F.; BERBERIAN, A. P.; SANTANA, A. P. **A medicalização da educação: implicações para a constituição do sujeito/aprendiz.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 743-763, 2017.

TOASSA, G. **Sociedade Tarja Preta: uma crítica à medicalização de crianças e adolescentes.** Fractal, Revista de Psicologia, v.24, n.2, p. 429-434, 2012.

VORCARO, A. **O efeito bumerangue da classificação psicopatológica da infância.** in:O Livro Negro da Psicopatologia Contemporânea/ Alfredo Jerusalinsky e Silvia Fendrik (orgs.). – São Paulo: Via Lettera, 2011.